RELATÓRIO ADAPTADO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO E REESCRITA EM PORTUGUES, COMO SEGUNDA LÍNGUA[1]

Francelena Santos Arruda [2]

INTRODUÇÃO

A surdez, do ponto de vista orgânico, é uma barreira à comunicação pelo uso da linguagem verbal, escrita e falada. Todavia, a condição física de surdez configura uma limitação à pessoa surda, sem, contudo, defini-la, sem a resumir à deficiência. O sujeito sócio-histórico é para além da condição física, é sujeito de vivências e de capacidades a serem potencializadas. Às instituições, incluindo as instituições educacionais, cabe ter o olhar sobre as capacidades referenciadas nas limitações, mas para além dessas.

Para ilustrar esse olhar, sobre as pessoas com deficiência (PCDs), é oportuno se fundamentar em Vigotski:

> A educação de crianças com diferentes defeitos deve basear-se no fato de que, simultaneamente ao defeito, estão dadas também as tendências psicológicas de orientação oposta; estão dadas as possibilidades de compensação para superar o defeito e de que precisamente essas possibilidades apresentam-se em primeiro plano no desenvolvimento da criança e devem ser incluídas no processo educacional como sua força motriz (Vigotski, 2022, p. 78).

Conforme disposto por Vigotski, as pessoas com deficiência (PCDs) têm na compensação o elemento para superar o defeito, para impulsionar a potência do aprender, do apropriar-se dos conhecimentos e práticas construídas pela humanidade ao longo da história. Este olhar reconduz o processo educativo com vistas a identificar e trabalhar com a/o estudante suas potencialidades, sendo, dessa forma, a força motriz do processo educativo, como sinalizado pelo autor.

"Esta é uma verdade libertadora para o pedagogo: [...] o surdo, por todas as vias, cria os meios para vencer o isolamento e a separação causada pela mudez! (Vigotski, 2022, p. 78). A partir dessa perspectiva se tem um novo horizonte no acolhimento, cuidado e ensino de

---

[1] Atividade de ensino, vinculada a disciplina de Estágio Supervisionado em Educação Infantil, ofertada no 5º período do curso de Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, *campus* Porto Velho Zona Norte (IFRO-PVZN).

[2] Professora orientadora de estágio do Curso de Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). Mestre em Educação, francelena.arruda@ifro.edu.br.

estudantes surdas/os. Há um deslocamento da deficiência para o campo da potência dos sujeitos aptos a aprender por meio de adaptações que convirjam para as suas potencialidades.

As adaptações para estudantes com necessidades específicas, no campo do Atendimento Educacional Especializado (AEE), se constroem no decorrer do processo ensino-aprendizagem, se ajustando e aprimorando, na medida da especificidade. Neste sentido, no acompanhamento e orientação das atividades do estágio supervisionado em educação infantil de uma aluna surda do 5º período de Pedagogia, se fez necessário individualizar o atendimento no tocante à escrita do relatório final.

A priori se tinha duas possibilidades de registro sendo, a produção de um vídeo ou áudio relatório, um relatório escrito pela/o Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS) a partir das falas da aluna em Libras. No entanto, ocorreu de se trabalhar com a autoria direta pela aluna, sendo esse o teor do presente relato, o processo de escrita autoral de seu relatório no Português como segunda língua (L2) e reescrita em Língua Portuguesa formal.

A partir das reflexões e da possibilidade de escrita autoral, se definiu por objetivo geral da intervenção pedagógica: refletir sobre as peculiaridades do Atendimento Educacional Específico (AEE) à aluna surda, do 5º período de Pedagogia, no desenvolvimento do estágio supervisionado em educação infantil, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, no campus Porto Velho Zona Norte (IFRO-PVZN). Os objetivos específicos versaram sobre a realização de encontros de sondagem e nivelamento conceitual e metodológico, momentos de orientação e devolutiva do relatório final reescrito.

A intervenção pedagógica foi positiva e gratificante frente ao produto alcançado, um relatório final de estágio supervisionado autoral, no qual se contemplou a escrita original da aluna surda em L2 e reescrita em Língua Portuguesa formal, que considerou e manteve o sentido semântico das falas da estudante. Dessa forma, o direito de fala escrita foi concretizado, corroborando com o disposto no artigo sessenta da Lei n. 9.394/96.

METODOLOGIA

O presente relato de experiência corresponde a atividade de professora orientadora de estágio supervisionado, mediante intervenção pedagógica, no âmbito do AEE, na qual a aluna surda, cursando o 5º período de Pedagogia, teve a possibilidade de escrita autoral de seu relatório final. O estágio foi realizado em uma escola bilíngue para pessoas surdas na cidade de Porto Velho que conta com professores ouvintes com formação de intérpretes/tradutores

em Libras, uma professora surda e com o acompanhamento de Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais (TILS) pelo IFRO-PVZN à acadêmica.

No decorrer do acompanhamento e orientação do estágio supervisionado, não se fez necessário prover adaptações, considerando que a aluna surda desenvolveu suas atividades na EMEIEF Bilíngue de Porto Velho. Todavia, a escrita do relatório final demandou adaptação, havendo duas possibilidades de registro: vídeo ou áudio relatório e relatório escrito pelos TILS a partir das falas em Libras da aluna. Essas opções geraram inconformidade e, consequentemente, um problema a ser resolvido de modo que a aluna pudesse ser a autora direta de seu relatório.

O desenho do AEE, adaptação metodológica do relatório final, foi construído com a participação da aluna e da/o TILS, cujas falas foram consideradas. Dessa forma, a estrutura básica do referido relatório foi mantida, e os textos norteadores foram reescritos pela professora orientadora do estágio de forma sucinta e objetiva, numa busca de similaridade com a escrita em Português como segunda língua (L2). A aluna preencheu os espaços em L2 e posteriormente ocorreu a reescrita em Língua Portuguesa formal, considerando e mantendo o sentido semântico das suas falas.

O grande desafio consistiu em ser uma reescrita fidedigna ao informado e, dessa forma, manter o sentido semântico dos escritos da acadêmica.. Neste sentido, e para ilustrar a prática desenvolvida, se apresenta a seguir excertos do relatório final da aluna surda.

Pergunta norteadora 1, numa aproximação com a escrita em L2: O que observou dentro da sala de aula, da aula da professora?

Escrita da aluna em L2:

> *IMPORTANTE MUITO FOCO ATIVIDADES APRENDER ATIVIDADES LETRAS DO ALFABETO AJUDAR MELHORAS ATIVIDADES DESENHO E PINTURA SENTIMENTO INFANTIS.*

Reescrita em Língua Portuguesa pela professora de estágio:

> *Muito importante manter o foco nas atividades de aprender, como atividades com as letras do alfabeto. As atividades com desenho e pintura ajudam nos sentimentos infantis.*

Pergunta norteadora 2, numa aproximação com a escrita em L2: Explicar o trabalho da professora surda.

Escrita da aluna em L2:

> *PROFESSORA ATIVIDADES FAZER EM LIBRAS EDUCAÇÃO INFANTIL É APRENDER IMPORTANTES SINAIS COTIDIANO EM*

LIBRAS TAMBÉM ATIVIDADE DE ALFABETIZAÇÃO BÁSICA INCLUSÃO, PERMITE CRIANÇAS SURDAS OUVINTES TER ACESSO LÍNGUA SINAIS FORMA NATURAL INTERAÇÃO.

Reescrita em Língua Portuguesa pela professora de estágio:

A professora faz atividades em Libras na educação infantil. É importante aprender os sinais do cotidiano em Libras. A atividade de alfabetização básica em Libras é inclusão, permite que crianças surdas e ouvintes tenham acesso a Língua de Sinais de forma natural, pela interação.

Pergunta norteadora 7, numa aproximação com a escrita em L2: Contribuição para a formação em Pedagogia.

Escrita da aluna em L2:

EU VOU CONSEGUIR APRENDER MINHA FORMAÇÃO PEDAGOGIA CONHECER EXPERIÊNCIA INCRÍVEL MINHA FUTURA PROFESSORA.

Reescrita em Língua Portuguesa pela professora de estágio:

Eu vou conseguir aprender e me formar em Pedagogia. Conhecer Pedagogia foi uma experiência incrível, minha futura profissão de professora.

Os excertos aqui transcritos visam situar o leitor e dar sentido a discussão acerca do AEE prestado a aluna surda, adulta, cursando o 5º período de Pedagogia, e que lhe oportunizou o protagonismo na escrita de seu relatório final de estágio, dando significado às suas práticas acadêmicas.

A reescrita de falas em L2 para a Língua Portuguesa formal perpassa compreender as características da escrita das pessoas surdas alfabetizadas na L2. Para essa compreensão se referendou nos estudos de Brochado (2003), no qual é possível identificar as características da escrita em L2 da aluna, sendo destacada as seguintes:

- [...]
- justaposição intensa de elementos da L1 e da L2;
- estrutura da frase ora com características da língua de sinais brasileira, ora com características gramaticais da frase do português;
- emprego de verbos no infinitivo e também flexionados;
- emprego de palavras de conteúdo (substantivos, adjetivos e verbos);
- às vezes, emprego de verbos de ligação com correção; [...] (p. 35).

Em se observando a escrita da aluna é visível as características apresentadas por Brochado (2003). Alguns verbos estão flexionados , enquanto outros se apresentam no infinitivo. É uma escrita marcadamente associada com a LIBRAS por não apresentar conjunções, artigos e preposições. No entanto, há uso de pronome possessivo de forma adequadas

Dessa forma, se entende que a escrita da aluna apresenta avanço no tocante a apropriação da Língua Portugues, na perspectiva de L2, o que favoreceu o processo de reescrita interseccionada com a interpretação a partir do contexto do estágio supervisionado e dos momentos de diálogos com a estudante mediado pela/o TILS.

REFERENCIAL TEÓRICO

O olhar para a pessoa surda deve ser revisto em uma perspectiva de potência, de desejo de de aprender. É premente ter um olhar para além da deficiência auditiva, como pondera Vigotski (2022, p. 79):

> Na criança surda, aparentemente afastada do mundo, separada de todas as relações sociais, encontramos não a redução, mas o aumento do instinto social, da vontade para a vida social e da ânsia de comunicação. Sua capacidade psicológica para a linguagem é inversamente proporcional a sua capacidade física para falar. Ainda que pareça paradoxal, a criança surda, mais que a normal, quer falar e tende a falar. Nosso ensino ignorava isso, e os surdos, sem terem tido qualquer educação ou apesar dela, desenvolveram e criaram sua própria linguagem, que surgiu dessa tendência.

No processo de escolarização da pessoa surda, desde a educação básica, a premissa que deve fundamentar o ensino, visando as aprendizagens, implica compreender que:

> O contexto bilíngue da criança surda configura-se diante da coexistência da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa. [...] não basta simplesmente decidir se uma ou outra língua passará a fazer ou não parte do programa escolar, mas sim tornar possível a coexistência dessas línguas reconhecendo-as de fato atendando-se para as diferentes funções que apresentam no dia a dia da pessoa surda que se está formando (Quadros; Schmiedt, 2006, p. 13).

Ao se pensar em produção escrita por pessoas surdas, cabe a seguinte reflexão: “A língua de sinais é a língua natural para a pessoa surda, ou seja, a língua que abriga seus pensamentos e sentimentos” (Valentini; Bisol, [s.d.], p. 1). Neste sentido, a Língua Portuguesa formal, natural para pessoas ouvintes, não o é, dessa forma, para a pessoa surda, por lhe

demandar esforços e desafios diferenciados na apropriação e na comunicação nesta língua, sendo para ela uma segunda língua.

De acordo com Brochado (2003, p. 34-35), as estratégias de transferência da língua de sinais (L1) para a escrita da língua portuguesa (L2) implica:

- predomínio de construções frasais sintéticas;
- estrutura gramatical de frase muito semelhante à língua de sinais brasileira (L1), apresentando poucas características do português (L2);
- predomínio de palavras de conteúdo (substantivos, adjetivos, verbos);
- falta ou inadequação de elementos funcionais (artigos, preposição, conjunção);
- uso de verbos, preferencialmente, no infinitivo;
- emprego raro de verbos de ligação (ser, estar, ficar), e, às vezes, incorretamente;
- falta de flexão dos nomes em gênero, número e grau;
- pouca flexão verbal em pessoa, tempo e modo;
- uso de artigos, às vezes, sem adequação;
- pouco emprego de preposição e/ou de forma inadequada;
- pouco uso de conjunção e sem consistência [...].

Os estudos de Brochado (2003) representam um desafio para docentes alfabetizadores ouvintes ao apontarem para a necessidade de desconstruir o processo de alfabetização tradicional em L2 e superar a supremacia da gramática sobre a semântica no trabalho com pessoas surdas de todas as idades. Neste sentido, é possível inferir que a compreensão dos sentidos das palavras se sobrepõe à rigidez das formas gramaticais e do significante.

A produção escrita em Língua Portuguesa (LP) pela pessoa surda se dá na condição de segunda língua (L2), haja vista "Uma palavra escrita para o surdo nada mais é do que um simples desenho e ele não consegue associá-la a nenhum tipo de som pelo simples fato de nunca ter ouvido" (Streiechen; Krause-Lemke, 2014, p. 963). Dessa forma, se compreende por que a escrita dessa pessoa se apresenta sem alguns conectivos da língua formal: "Há elementos usados na LP falada e escrita tais como: artigos, conjunções, preposições e, em alguns casos, certos tipos de verbos que não são sinalizados em Libras" (Streiechen; Krause-Lemke, 2014, p. 963).

As premissas abordadas por Streiechen e Krause-Lemke (2014), são esclarecedoras e reforçadoras da perspectiva de construir olhares inclusivos reais para a escrita em L2 das pessoas surdas. Escrita válida, que comunica, carregada de sentidos, mas em uma língua produzida de forma diferenciada, da mesma forma que ocorre com pessoas de outra nacionalidade ao se comunicar em Língua Portuguesa.

"A interlíngua não é caótica e desorganizada, mas apresenta sim hipóteses e regras que começam a delinear uma outra língua que já não é mais a primeira língua daquele que está no processo de aquisição da segunda língua" (Brochado, 2003, p.34). A compreensão que se

busca é essa certificada pelo autor, que dispensa julgamentos e atitudes rígidas que podem cercear o acesso dinâmico e exitoso à L2 por pessoas surdas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A elaboração do relatório do estágio supervisionado em L2 proporcionou à aluna surda escrita autoral de seu relatório final de estágio, da mesma forma que oportunizou autonomia intelectual, decorrente do seu protagonismo. Essa é uma estratégia a ser incorporada na prática pedagógica na orientação do estágio supervisionado de estudantes surdas/os, por contemplar aspectos pedagógicos e psicossociais favoráveis à formação acadêmica integral. Dessa forma, a aluna ocupa seu lugar acadêmico como produtora de conhecimento acessível às pessoas surdas e ouvintes.

A estruturação do modelo do relatório final do estágio supervisionado por estudante surdo em L2 e posterior reescrita em Língua Portuguesa Formal, consistiu em um desafio a ser aprimorado, considerando que as perguntas e ou orientações formuladas, visando nortear a escrita da aluna, mesmo redigidas de forma sucinta e objetiva, apresentou lacuna quanto às palavras utilizadas, por não serem da ordem do vocabulário da aluna em Língua Portuguesa.

Dessa forma, se levanta a hipótese de que se deva construir as perguntas norteadoras com a aluna e se inquira se ela conhece as palavras ali utilizadas, para posteriormente construir nivelamento vocabula, de tal maneira, que essa possa ler as orientações de forma autônoma e a partir delas possa construir seus textos, sem recorrer a/ao TILS.

A meta da proposta de intervenção idealizou que a aluna seria capaz de redigir seus textos sem o suporte da/o TILS, no entanto, se subestimou o vocabulário da estudante. A normalização do uso da Língua Portuguesa levou a uma inferência acerca do conhecimento, sendo esse um aspecto a ser desconstruído no processo de orientação de escrita das pessoas surdas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência foi positiva e gratificante por abrir novas perspectivas de produção científica por pessoas surdas, da mesma forma que vislumbra uma estratégia metodológica com aplicação em sala de aula. A reescrita em Língua Portuguesa formal também deve ser mediada pela/o aluna/o surda/o com a presença dos TILS a fim de assegurar a fidedignidade semântica das falas escritas em L2.

O aprendizado oportunizou desmistificar que as atividades de AEE são difíceis e complexas. De fato, são trabalhosas, como se percebe no presente relato, considerando que o relatório de estágio da/o aluna/o ouvinte compreenderá a leitura, correção, ajustes pela/o próprio estudante e validação com aprovação docente.

A reescrita é uma atividade complexa por se relacionar com a compreensão do sentido da fala escrita em L2 e a transcrição fidedigna em Língua Portuguesa formal de um texto que não contempla flexão verbal, de gênero, número e grau. Sendo assim, uma inferência na interpretação poderá distorcer o sentido do texto original. Esse aspecto reforça a premissa da validação final pela/o estudante surda/o.

Palavras-chave: Português como segunda língua (L2), Atividade adaptada, Inclusão, Estágio supervisionado, Atendimento Educacional Específico (AEE).

AGRADECIMENTOS

O fazer pedagógico de uma docente não se resume a ela. Resulta do trabalho coletivo com os pares, entre elas e eles, estão as/os estudantes. Dessa forma, agradeço a acadêmica Camila Feitosa Monteiro, pessoa surda, que me proporcionou desenvolver a adaptação no relatório do Estágio Supervisionado em Educação Infantil. A inquietude me fez buscar e você aceitou participar ativamente da ideia. Gratidão.

REFERÊNCIAS

BROCHADO, S. M. D. A apropriação da escrita por crianças surdas usuárias da língua de sinais brasileira. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, UNESP, São Paulo, 2003.

QUADROS, R. M.; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

STREIECHEN, Eliziane Manosso; KRAUSE-LEMKE, Cibele. **Análise da produção escrita de surdos alfabetizados com proposta bilíngue**: implicações para a prática pedagógica. Revista brasileira de linguística aplicada. (RBLA), Belo Horizonte, v. 14, n. 4, p. 957-986, 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1984639820145557. Acesso em 29 jun. 2026.

VALENTINI, Carla B.; BISOL, Cláudia A. Surdez: o desafio da leitura e da escrita. Disponível em: https://proincluir.org/surdez/escrita/. Acesso em: 29 jun. 2026.

VIGOTSKI, L. S. **Obras completas, tomo cinco, fundamentos de defectologia**. Cascavel-PR: EDUNIOESTE. Disponível em: https://www.novoipc.org.br/sysfiles/vigotski_obras_completas.pdf. Acesso em 12 ago. 2026.